



CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Relatório da Administração - Exercício de 2025

Senhores Diretores e Acionistas, Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias da CNP Capitalização S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

O lucro líquido da Companhia, atingiu R\$ 47,0 milhões, propiciando assim uma expressiva rentabilidade sobre patrimônio líquido médio de 15,3%. A receita com arrecadação de títulos de capitalização encorrou o ano de 2025 em R\$ 211,1 milhões, ficando 25,8% inferior ao valor registrado no exercício anterior, em razão do encerramento das atividades comerciais junto ao balcão CEF em 2021.

O resultado financeiro encorrou o ano de 2025 no patamar de R\$ 136,9 milhões e os ativos financeiros da Companhia de R\$ 1,7 bilhões, ambos indicadores apresentaram decréscimo também em função do encerramento das atividades comerciais no balcão CEF. O patrimônio líquido da Companhia no final do ano de 2025 atingiu o patamar de R\$ 347,1 milhões.

A Companhia permanece como um dos pilares da estratégia de desenvolvimento do modelo de multiparcerias, em alinhamento às diretrizes estratégicas da CNP Assurances para a expansão de suas operações no Brasil. Nesse contexto, a Companhia mantém atuação em diferentes canais de distribuição, incluindo a comercialização de títulos de capitalização por meio da rede dos Correios, em parceria não exclusiva e distribuição de produtos de capitalização com o BRB - Banco de Brasília, decorrente de acordo comercial que prevê a exclusividade de distribuição nesse canal pelo prazo de 20 anos. A referida parceria representa um avanço relevante na estratégia de expansão das operações da Companhia no mercado brasileiro.

Adicionalmente, a Administração segue avaliando e estruturando novas oportunidades de distribuição, em linha com a estratégia de diversificação de canais. Em paralelo à expansão comercial, a Administração mantém foco na gestão dos indicadores operacionais, no controle de custos e na implementação de iniciativas voltadas à eficiência operacional, visando à sustentabilidade econômico-financeira da Companhia no médio e longo prazo.

A Companhia observa as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, atendendo às previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

Política de Equidade - Lei 15.177/2025

Com base na Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia e em conformidade com o § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente corporativo inclusivo e equitativo. A política estabelece diretrizes claras para o acolhimento da diversidade, igualdade de oportunidades e desenvolvimento de lideranças inclusivas. A Companhia adota práticas estruturadas de recrutamento, capacitação e comunicação que valorizam grupos minorizados, com foco especial na representatividade de mulheres, pessoas pretas e pardas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência em todos os níveis hierárquicos.

Em atendimento à exigência legal, este relatório apresenta os indicadores de diversidade e equidade da Companhia, incluindo: (i) a quantidade e proporção de mulheres contratadas, segmentadas por níveis hierárquicos; (ii) a quantidade e proporção de mulheres em cargos de administração; (iii) demonstrativo em percentual da remuneração fixa, variável e eventual, segregado por sexo e função (ou grupos de funções similares); e (iv) a evolução comparativa desses indicadores entre o exercício findo e o imediatamente anterior. Esses dados refletem o compromisso da Companhia com a transparência e com a construção de uma cultura organizacional que valoriza a equidade de gênero e atuações como pilares estratégicos de sua atuação empresarial.

Os dados reportados consideram todas as empresas do Grupo CNP Seguradora, considerando a premissa que colaboradores com atuação Cross em todas as empresas (CNP Capitalização, CNP Consórcio, Odonto Empresas e Previsul) tem vínculo com a empresa Previsul, se reportarmos de forma separada não teremos amostragem de dados nas demais empresas. Reforçamos que a política de diversidade é a mesma para todas as empresas do grupo.

1. Quantidade e proporção de mulheres contratadas, por níveis.

Nível	Quantidade de Contratadas	Quantidade de Mulheres	% Contratação Mulheres x Total Contratados
Demais Cargos	0	0	0%
Superintendentes	3	3	67%
Gerentes/Especialistas II	10	2	30%

Nível	Quantidade total de Contratadas	Quantidade de Mulheres	% Contratação Mulheres x Total Contratados
Coordenadores/Especialista I	30	8	27%
Demais Cargos	60	41	68%

2. Quantidade e proporção de mulheres em cargos de administração.

Nível	Quantidade Total	Quantidade de Mulheres	% de Mulheres
Conselho de Administração	4	3	75%
Diretoria Estatutária	7	3	43%

3. Demonstrativo de remuneração fixa, variável e eventual, segregado por sexo e função.

Níveis	% Remuneração mulheres X Homens
Diretores	80%
Superintendentes	36%
Gerentes/Especialistas II	43%
Coordenadores/Especialista I	52%
Demais Cargos	151%

Honorários de Auditoria externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir com eles uma relação ética e duradoura. Por fim, reconhece os colaboradores que trabalharam com dedicação exclusiva para a finalização desse importante negócio para a reestruturação societária do Grupo no Brasil. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

Barueri (SP), 23 de fevereiro de 2026.
A Administração

Demonstração do Resultado do Exercício (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita com títulos de capitalização		211.144	284.411
Contribuição com títulos de capitalização	16.1	213.886	287.896
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio		206.558	279.006
Contribuição - Quotas de carregamento		7.228	8.890
Variação da provisão para receita diferida		(2.742)	(3.485)
Variação das provisões de resgates		(200.167)	(268.371)
Variação da provisão de sorteios		(7.920)	(14.583)
Custos de aquisição	16.2.a	6.507	(11.267)
Outras receitas e despesas operacionais	16.2.b	44.538	25.795
Outras receitas operacionais		54.022	38.718
Outras despesas operacionais		(9.484)	(12.923)
Despesas administrativas	16.2.c	(105.469)	(96.629)
Pessoal próprio		(45.226)	(35.461)
Serviços de terceiros		(37.692)	(40.481)
Capitalização e funcionamento		(13.178)	(10.465)
Publicidade e propaganda		(8.920)	(8.075)
Donativos e contribuições		(68)	(108)
Despesas administrativas diversas		(385)	(2.048)
Despesas com tributos	16.2.d	(4.008)	(3.952)
Resultado financeiro	16.2.e	136.390	158.580
Receitas financeiras		233.288	239.810
Despesas financeiras		(96.387)	(81.230)
Resultado operacional		80.775	73.984
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	16.2.f	9	(7.017)
Resultados antes dos impostos e participações		80.784	66.967
Imposto de renda	17	(18.288)	(14.150)
Contribuição social		(8.960)	(8.520)
Participações sobre o lucro		(6.605)	(5.964)
Lucro líquido do exercício		47.031	38.324
Quantidade de ações		8.000	8.000
Lucro líquido por lote de mil ações em reais		5.879	4.791

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE		1.311.738	766.893
Disponível		514	559
Caixa e bancos		514	559
Aplicações	5	1.300.773	739.075
Credito das operações de capitalização		587	2.657
Credito das operações de capitalização		587	2.657
Títulos e créditos a receber	6	7.892	24.270
Títulos e créditos a receber		6.1	6.967
Créditos tributários e previdenciários		6.2	925
Outros créditos		-	2673
Despesas antecipadas		972	124
Custos de aquisições diferidos	7	1.000	208
Capitalização		1.000	208
ATIVO NÃO CIRCULANTE		792.463	1.565.200
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		720.918	1.524.616
Aplicações	5	438.792	1.232.320
Títulos e créditos a receber		280.368	291.806
Créditos tributários e previdenciários		6.2	42.456
Depósitos judiciais e fiscais		11	237.912
Custos de aquisição diferidos	7	758	490
Capitalização		758	490
Investimentos		4	4
Outros Investimentos		4	4
Imobilizado		3	5
Bens móveis		3	5
Intangível	8	71.538	40.575
Outros intangíveis		71.538	40.575
TOTAL DO ATIVO		2.104.201	2.332.093

Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	210.000	42.000	134.800	7.386	-	394.186
Constituição de dividendos complementares: AGOE de 25/01/2024	-	-	-	-	-	(93.612)
Reversão da Provisão de Despesas Administrativas conforme circular 678/22 (Nota 12.1.1)	-	-	15.275	-	-	15.275
Constituição da Provisão de Receitas Diferidas conforme circular 678/22 (Nota 12.1.1)	-	-	(17.559)	-	-	(17.559)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(59.614)	-	(59.614)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.324	38.324
Reserva de lucros	-	-	28.744	-	(28.744)	-
Dividendos	-	-	-	-	(9.580)	(9.580)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	210.000	42.000	67.648	(52.228)	-	267.420
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	44.459	-	44.459
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	47.031	47.031
Reserva de lucros	-	-	35.273	-	(35.273)	-
Dividendos	-	-	-	-	(11.758)	(11.758)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	210.000	42.000	102.921	(7.769)	-	347.152

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A CNP Capitalização S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Tamboré, nº 267, Cj. 141-B, 14º andar, Torre Norte, parte 2, Tamboré, Barueri/SP, CEP: 06460-000, cadastrada no CNPJ sob o nº 01.599.296/0001-71, iniciou suas atividades em julho de 1997. Tem como controladora direta no Brasil a CNP Participações em Seguros Ltda. e tem por objetivo atuar no segmento de capitalização, mantendo, atualmente, a comercialização dos seguintes produtos:

- Pagamento mensal: Cap Vencedor
- Pagamento mensal: BRB Cap Sorho
- Pagamento único: Cap Vencedor
- Pagamento único: BRB Cap Sorho
- Pagamento único: Títulos de Incentivo
- Pagamento único: Vintão da Sorte
- Pagamento único: BRB Cap Aluguel

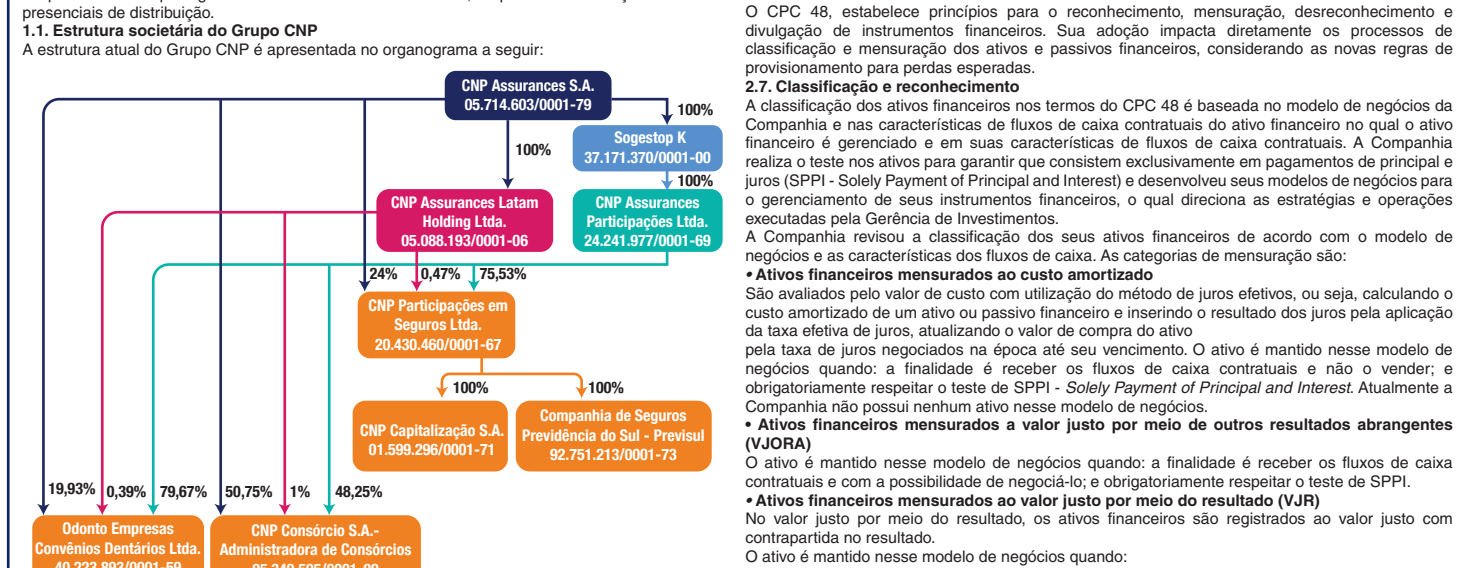
A Companhia está enquadrada definitivamente no segmento S3, conforme Ofício Circular Eletrônico 0/2025/CNOC/CNOMP/DISUP/SUSEP de 30 de junho de 2025, nos termos da regulamentação vigente da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que estabelece critérios de segmentação prudencial aplicáveis às sociedades supervisionadas, com base na dimensão, complexidade, perfil de riscos e relevância sistêmica de suas operações.

A partir de 01/08/2021, a Companhia deixou de comercializar os produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continuará comercializando seus produtos em outros canais de venda. Atualmente a distribuição comercial ocorre da seguinte forma: o produto "Cap Vencedor" é comercializado em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios); o produto "títulos de incentivo" em parceria com empresas de controle comum com a Companhia e o produto "Vintão da Sorte" em parceria com o Carrefour, sendo comercializado por meio do site do parceiro comercial.

Adicionalmente, a Companhia iniciou em janeiro de 2025 a comercialização de seus produtos BRB "Cap Sorho" e "Cap Aluguel" no balcão do Banco de Brasília, ampliando sua atuação nos canais presenciais de distribuição.

1.1. Estrutura societária do Grupo CNP

A estrutura atual do Grupo CNP é apresentada no organograma a seguir:



2. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e vêm sendo aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. A Administração revisou e atualizou as informações divulgadas nesta nota, conforme aplicável, para garantir a adequação às normas vigentes.

2.1. Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP", em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Comitê Executivo em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo em "não circulante" os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como "circulante", exceto quando descrito em nota explicativa própria sobre o ativo ou passivo.

são divulgadas pela ANBIMA, é verificado o emissor, ramo de atuação, rating e o prazo da debênture, existindo na ANBIMA alguma debênture semelhante, ou seja:

- Do mesmo emissor;
- De um emissor do mesmo ramo e rating similar; ou
- De um emissor apenas com o mesmo rating ou rating similar, exatamente nesta ordem de preferência, e ambos com prazos semelhantes, a taxa desta debênture passa a ser utilizada como proxy para as debêntures.

Caso não haja emissões da classe e/ou tipo de ativo em estoque, é observado o comportamento das taxas negociadas de ativos com equivalente exposição a riscos e prazos.

2.7.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou designado como tal no reconhecimento inicial. São mensurados ao VJR e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Em 24 de junho de 2024, a CNP Capitalização firmou um acordo comercial com o banco BRB, estabelecendo a distribuição exclusiva de seus produtos nos canais de distribuição do banco.

No âmbito deste contrato, foi reconhecido um passivo financeiro no montante inicial de R\$ 20 milhões, pagos em 17 de janeiro de 2025, correspondente ao preço de acesso à exclusividade. Adicionalmente, a CNP Capitalização registrou um passivo financeiro adicional de R\$ 10 milhões, condicionado ao cumprimento das metas de produção contratualmente estabelecidas.

O Passivo financeiro é reconhecido pelo seu valor justo, refletindo o montante devido conforme as condições contratuais, sendo mensurado pelo custo amortizado considerando a taxa de juros e os pagamentos realizados ao longo do contrato, conforme CPC 48, uma vez que representa um compromisso contratual futuro. O montante adicional condicionado ao desempenho da produção será revisado a cada encerramento de exercício e ajustado conforme a realização ou não das metas de vendas estipuladas para o banco BRB.

2.7.4. Perdas esperadas de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado e reconhecido contabilmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado no resultado do período, podendo ser revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

2.8. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos nas legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA) e estão descritas resumidamente a seguir:

- **Provisão Matemática para Capitalização (PMC)** é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, sendo atualizada mensalmente, nas datas de aniversário dos respectivos títulos, pela Taxa Referencial (TR), definida na Lei 8177/1991, e capitalizada de acordo com a taxa de juros da PMC. Esses parâmetros estão definidos nas notas técnicas e nas condições gerais de cada produto.

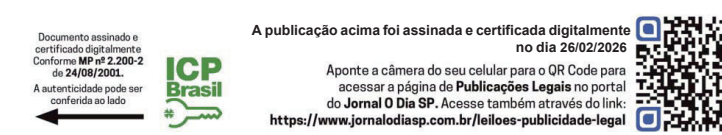
- **Provisão para Resgate (PR)** contempla as transferências da PMC e é subdividida em: i) Provisão de Resgates Antecipados: títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador de resgate; e ii) Provisão de Resgates Vencidos: títulos vencidos. Na impossibilidade de efetuar os pagamentos dos saldos em resgate, os valores serão prescritos no prazo máximo de 6 (seis) anos a serem contados a partir da data de fim de vigência do título. A provisão é atualizada mensalmente pela TR, conforme parâmetros definidos nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.

- **Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)** é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e considera um percentual definido em Nota Técnica para cada plano. Nos planos do tipo Pagamento Único essa provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração mensal pela Taxa Referencial (TR) e taxa de juros da PSR estabelecidas nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.

- **Provisão de Sorteios a Pagar (PSP)** é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos. O fato gerador da PSP é a realização do sorteio e os valores são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

- **Provisão de Receitas Diferidas (PRD)** é constituída para estimar o valor a definir referente ao carregamento já recebido e a o valor esperado das despesas administrativas futuras.

continua →





CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 01.599.296/0001-71

* continuação

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário da CNP Participações em Seguros Ltda., com atuação estendida às suas controladas, Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul e CNP Capitalização S.A., conjuntamente referidas como "Companhias", reportando-se diretamente à Reunião de Sócios. O Comitê foi instituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 432/2021 e, em conformidade com seu Regimento Interno, é composto por 3 (três) membros independentes eleitos pela Reunião de Sócios, com mandato de 5 (cinco) anos.

Principais Atividades

O Comitê realizou reuniões com a participação de executivos das Companhias, bem como de representantes da auditoria independente KPMG, da auditoria atuarial independente PwC e das áreas de Auditoria Interna, Riscos, Controles Internos e Compliance, Jurídico e Governança Corporativa, Ouvidoria, Regulatório e Financeiro. As avaliações do Comitê fundamentam-se nas informações prestadas por esses representantes, bem como em suas próprias análises e deliberações.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração das Companhias. Compete igualmente à Administração, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos e das operações, e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de compliance.

O Comitê acompanhou os procedimentos de preparação e revisão as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório da administração, assim como o relatório dos auditores independentes, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025, das Companhias.

Conclusões

Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

- Não identificou nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o art. 141 da Resolução CNSP nº 432/21;

- Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG e PwC indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;
- Considerou os relatórios e as informações fornecidas pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos;
- Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade dos negócios;
- Constatou que as práticas contábeis utilizadas pelas Companhias na elaboração das Demonstrações Financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira e as normas emanadas da SUSEP; e
- Constatou que as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2025 foram elaborados em conformidade com a legislação societária brasileira e as demais normas aplicáveis.

Considerando o exposto, o Comitê de Auditoria recomendou à Reunião de Sócios a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base nas informações submetidas à sua apreciação.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.

Roberto Westenberger
Coordenador Interino do Comitê de Auditoria
David Soares dos Santos
Membro do Comitê de Auditoria
Benildo de Araújo Costa
Membro do Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas

CNP Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da CNP Capitalização S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuarias independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuario, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuario considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da CNP Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do Formulário de Informações Periódicas (FIP) concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 - 17º andar - parte 5
Edifício Adalmo Dellape Baptista B32
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

CNP Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CNP Capitalização S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CNP Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP-246031/O-8

